

## **Leitura, necessidade; literatura, prazer.**

Rosa Amélia P. Silva

Membro do grupo Leitura, Ensino e Recepção – LER  
Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília.

O papel do leitor no mundo atual distingue-se do leitor dos séculos passados, uma vez que a atuação do homem, na pós-modernidade, se constitui pelos e nos processos de leitura. Ler literatura, nesse contexto, revela-se uma atitude mais elaborada, dialógica e reflexiva. Considerando a contemporaneidade como mediadora de leituras superficiais e a necessidade humana de um resgate comportamental do leitor diante das obras literárias, essa comunicação visa refletir acerca das leituras literárias que se realizam nesse novo contexto e quais as características tanto das obras quanto do leitor.

Palavras chaves: Leitura, literatura, pós-modernidade, comportamento e leitor.

O processo de evolução da leitura aconteceu à medida que as práticas humanas foram se modificando, exigindo novas tecnologias de leitura. Por exemplo, primeiro os escritos foram em tábuas de barro, de metal, em couro, em papiro – rolos de 6 a 10 metros –, depois em pergaminhos, até que veio o papel: daí a invenção da forma códex no império romano, a evolução para o códice, em papel, em livro impresso com a invenção da imprensa, e hoje há, inclusive, o livro eletrônico.

O homem primitivo lia os sinais deixados nas cavernas, os desenhos rupestres que podiam remontar fatos, ser indícios, avisos; lia mensagens deixadas em cascas de árvores, desenhadas em pedras etc. Com a evolução das práticas sociais, à medida que as necessidades apareciam, o homem foi progredindo. Assim, pode-se associar o nascimento da leitura como fenômeno lingüístico – que evoluiu para a técnica atual – às práticas comerciais. Por volta do século VI antes de Cristo, porque não havia formas de se registrarem os acordos que eram realizados verbalmente, e isso se tornava, muitas vezes, um imperativo, foram se instituindo códigos e símbolos que marcavam os contratos. Por exemplo, para cada compra realizada dava-se um nó em uma corda ou para cada ovelha vendida separava-se uma pedra de cristal.

Essa prática prevaleceu durante o império babilônico. Mas, de acordo com os registros mais antigos, foram os sumérios que tiveram a esplêndida ideia de associar som ao referente e dar ao som um símbolo gráfico. Dessa forma, nasce a forma escrita de se ler, criando o sistema de símbolos para a linguagem: a fonografia, os pictogramas, os hieróglifos, a escrita silábica ou logossilábica, a escrita alfabética. Esses sistemas evoluíram e, provavelmente, cada um se efetivou de acordo com objetivos diferentes. Não se pode falar em evolução de um sistema para

outro, de forma sistemática e histórica, como se de um sistema simbólico derivassem outros; tanto é certo, que esses símbolos linguísticos coexistem até hoje. A evolução para o foneticismo acontece de forma lógica.

A leitura em sua forma completa surgiu quando se começou a interpretar um sinal pelo seu valor sonoro isoladamente em um sistema padronizado de sinais limitados. (...) A leitura deixava de ser uma transferência um a um (objeto para palavra) para se tornar uma sequência lógica de sons que recriasse uma linguagem natural humana. Em vez de lerem imagens, lia-se, desse modo, a linguagem. (FISCHER, 2006: 15)

Vale ressaltar que toda essa revolução no processo de aquisição da escrita e da leitura acontece ligada às práticas comerciais, às necessidades de registro contábeis, transações, escrituras, expedição de documentos oficiais. E a escrita expande-se pelo mundo a fora, tomando em cada sociedade características específicas. Não há registro escrito de textos criativos no início das civilizações; a arte literária pelo prazer ficava confinada ao texto oral. Os textos épicos e dramáticos eram perpetuados pela oralidade constituindo, inclusive nos primórdios, uma das formas de diversão da população: as declamações em público e o teatro, ou seja, os grandes poemas épicos e os dramas.

Talvez devido à dificuldade que se tinha em registrar e manusear os textos, a escrita fosse destinada aos documentos de ordem mais pragmática. Os textos apareciam em forma de instrução, já que se escrevia ao escriba – profissão de grande valor na antiguidade – para que ele repassasse a mensagem ao seu real destinatário ou realizasse alguma atividade. A mensagem final, lida pelo escriba, privilegiava ainda a oralidade porque instruía alguém a realizar uma prática.

O processo de aquisição da escrita daquela época deixou-nos muitas heranças, uma vez que se percebe entre a prática pedagógica deles e o processo de alfabetização da atualidade grande semelhança. O estudante observa a letra e a reproduz; no caso dos ancestrais, reproduzia-se o sinal ou a sílaba, de acordo com a cultura. Aprendia-se a ler memorizando e, à medida que o estudante aprendia, avançava para textos mais complexos: provérbios, frases, listas de nomes, textos inteiros. A concepção escolar era voltada para a formação de profissionais ligados ao comércio. O sistema escolar atendia os estudantes a partir dos sete até os 18 anos de idade, quando eram inseridos no mercado de trabalho. Constata-se que muita dessas características ainda são observadas na atualidade.

No princípio das civilizações, toda a literatura criativa permaneceu oral e somente com os gregos, quando o sistema da escrita já estava consolidado, por volta do século IV a. C., é que a escrita perdeu a sua característica mais marcante – registrar informações – e passou a ser forma de validar conhecimentos, valores e registrar textos reflexivos, de ordem filosófica. Essa ascensão da palavra escrita foi garantida quando o papiro se estabeleceu como meio de reprodução textual.

Os gregos contribuíram de forma significativa para a consolidação da leitura e da escrita nas sociedades de seu tempo: “a leitura não era mais um simples recurso de memória, mas um canal autônomo para a transmissão de informação, interpretação e criação” (ibidem, 51). A habilidade da escrita dava às sociedades *glamour* e *status* de cultura letrada. Tal qual os gregos, os romanos usavam-na para registrar suas leis, as quais eram postas nos grandes centros urbanos para que todos reconhecessem o estágio cultural da sociedade. Nessa atitude não se percebia preocupação com a prática da leitura por parte da população, mas sim com o efeito *status-quo* que a escrita dava aos governantes. O prestígio da leitura e da escrita cresceu e, por conseqüência, estabeleceu-se o *status* de cultura letrada para as sociedades que assim passaram a agir.

Foram os gregos também os primeiros a registrarem suas reflexões filosóficas, em torno da oratória, dos gêneros literários e das artes. Pode-se dizer, inclusive, que a teoria literária nasceu juntamente com a teoria dos gêneros. Devido à estreita relação da escrita com a oralidade, a leitura esteve durante toda a antiguidade clássica atrelada à oratória, à retórica persuasiva; por isso, quando se fala nos sentidos do ato de ler na antiguidade, pensa-se logo em declamar, falar em voz alta. Apenas na Idade Média, consolidou-se como atividade individual e silenciosa devido à postura da classe eclesiástica ao realizar suas leituras. Contudo, a oralidade ainda tinha muito valor, principalmente quando se pensa em texto literário, devido às formas de perpetuação destas modalidades de textos: fictícios, lendas, mitos, narrativas épicas, novelas.

O processo de aquisição da leitura e da escrita, sobretudo para esse tipo de literatura, sofreu alguns impactos negativos, devido às guerras pelas quais passou o Império Romano e ao tribunal da Santa Inquisição. Mas, para livrar-se das possíveis perseguições advindas da proclamação de textos – considerados heréticos – em praça pública, a leitura silenciosa passou a ser valorizada, cultivada e praticada, pelos leitores da Era Medieval. Diferentemente do que ocorreu com os gregos, ler silenciosamente era, para estes, uma atitude que causava espanto e

para aqueles uma necessidade, para se protegerem. Há muitos registros na história de que as pessoas se surpreendiam quando viam outras lendo em silêncio, como se essa atitude fosse algo grandioso e difícil; por exemplo, as tropas de Alexandre, o Grande, ficaram surpresas, quando o presenciaram lendo silenciosamente.

Nesse contexto social, podem-se reconhecer dois tipos de leitores: os leitores ativos e os leitores passivos. Ser leitor ativo significava ser o leitor prático, dominar o código escrito estabelecido e transformá-lo em linguagem oral. Ser leitor passivo significava ouvir alguém decifrando um código escrito. Lia-se a leitura prática do outro.

Apesar de a população romana, se comparada à população grega, ter um número bem significativo de leitores reais, o número de leitores passivos ainda era bem maior do que os ativos. Nesse contexto de transição de cultura oral para a cultura escrita, pelo qual passava a civilização romana, Virgílio produziu textos com marcas bastante fortes da escrita.

São Benedito e Santo Agostinho, na Idade Média, contribuíram significativamente, em suas práticas doutrinárias, nos monastérios, para a consolidação da leitura silenciosa. E, aos poucos, o texto escrito ascendeu nas sociedades e se adaptou a elas. O império romano e a expansão do Cristianismo tiveram, durante a Idade Média, grande importância nesse processo, uma vez que os textos religiosos eram registrados e propagados como forma de imposição cultural, da qual a população mais simples não se conscientizava. A literatura incluía não somente os textos filosóficos, como os de astronomia, religião, culinária, matemática, ficção, estes últimos sempre colocados à margem, como menos importantes porque

a ficção é algo que deve ser temido, pois representa a mente desimpedida, capaz de qualquer coisa. O conhecimento é, sem dúvida, algo a ser direcionado para o bem comum. Mas a ficção, sendo uma energia sem direção certa, sempre levantou suspeitas e provocou censura. (FISCHER, 2006: 49)

Todo esse conjunto de textos caracterizados como literatura era renegado porque constituía uma escrita subversiva, uma linguagem que poderia fazer as classes dominadas tomarem consciência de sua condição e buscarem uma revolução. Era considerada literatura profana.

Antes disso, Platão, uns dos insurrectos contra a palavra perpetuada pela grafia, proclamou, ao mundo, a sua visão acerca da atividade escrita: dizia que esta poderia comprometer a capacidade mental, porque as pessoas deixariam de acumular o conhecimento na

memória, o que acarretaria o esquecimento daquilo que seria registrado e ter-se-ia o risco de não ocorrer o resgate pela leitura. Além disso, refutava a escrita, uma vez que esta, em estágio de instauração, apresentava muitos problemas de interpretação, devido à segmentação das palavras nas frases, que não coincidiam com a segmentação da frase quando oralizada, e a um sistema de pontuação exíguo. Todos esses fatores, com certeza, eram geradores de ambiguidades.

No contexto da cultura grega em que ocorria a consolidação da escrita, com poucos recursos pré-estabelecidos para a construção do sentido de um material escrito, era uma preocupação do filósofo a infinidade de interpretações que um texto poderia adquirir quando registrado, uma vez que assim poderia se distanciar da verdade pretendida pelo enunciador no texto oral. Nessa perspectiva, o texto escrito poderia enunciar falsas verdades. Esse era um dos grandes temores de Platão, já que a diversidade de interpretação para um mesmo texto poderia provocar o rebaixamento da autoridade do autor do texto, do próprio texto e, por consequência, a preeminência dos leitores, acarretando assim inúmeras leituras.

Contudo, apesar do repúdio à escrita, os gregos – Sócrates, Platão e Aristóteles - foram os que mais influenciaram todas as sociedades modernas com seus estudos acerca da arte literária e da filosofia, o que acabou repercutindo na prática escolástica. Tal influência começou na Idade Média, quando houve, por volta do século XII, um resgate do pensamento dos filósofos gregos e se consolidou no fim da Idade Média. Esse resgate foi realizado pela classe eclesiástica, responsável pela formação religiosa de toda uma sociedade e pela formação acadêmica da classe privilegiada, que tinha acesso ao conhecimento acadêmico. O intuito dessa prática era unir o pensamento religioso às idéias racionais dos pensadores gregos. A fé religiosa, associada ao racionalismo grego, pontos aparentemente opostos, daria aos escolásticos da Idade Média – os monges – condições de trabalharem sob a perspectiva da argumentação.

Em essência, o método de ensino escolástico consistia um pouco mais do que treinar o estudante a considerar um texto de acordo com certos critérios preestabelecidos e oficialmente aprovados, os quais eram incutidos neles às custas de muito trabalho e sofrimento. No que se refere ao ensino da leitura, o sucesso do método dependia mais da perseverança do aluno que de sua inteligência. (MANGUEL, 2006: 92-3)

O ideário grego influenciou o pensamento medieval, renascentista, iluminista; entusiasma até hoje os teóricos de várias vertentes que o corroboram ou o refutam; apresenta, ainda, grande repercussão dentro dos estudos literários.

Em relação ao período medieval, há grandes aporias no que diz respeito à produção de conhecimento. Denominado como a idade das trevas, por ser um período de obscurantismo, da ausência de produção intelectual, foi importante, contudo, para a construção do pensamento renascentista, porque foram os clérigos da Idade Média responsáveis pela reunião, proteção e o estudo de grandes obras consideradas profanas que iluminaram o pensamento do homem em épocas posteriores.

Segundo Manguel (2006), a adoção do códice pelos cristãos foi uma forma, sobretudo, subversiva, porque “era muito prático para carregar, (os códices) escondidos nas suas vestes, textos que estavam proibidos pelas autoridades romanas”.

O processo de aquisição da leitura e da escrita na América não se diferencia muito da forma como aconteceu nas culturas ocidentais européias. Os povos primitivos do continente americano registraram a sua cultura em paredes, árvores, cascas de árvores, couros, contudo, a maioria dessa documentação se perdeu durante o processo de colonização, em decorrência das guerras e dos massacres realizados pelos europeus.

Com a chegada desses, a cultura dos ameríndios foi totalmente assolada, sobretudo naquilo que se refere à língua, que se tornou um substrato da língua do colonizador. Em consequência disso, a cultura que se construiu durante séculos pela linguagem criativa – histórias, lendas, poesias, cantos, mitos religiosos – cuja perpetuação se dava pela oralidade, foi praticamente dizimada.

O que se tem hoje é muito pouco e foi registrado não em língua autóctone, uma vez que essas culturas eram ágrafas; está registrado na linguagem do colonizador, fato que, de certa forma, faz com as histórias percam ou mudem sua essência. Com o processo de colonização, as influências pelas quais passou o povo americano sempre estiveram muito atreladas à cultura européia. O pensamento ocidental da Europa influenciou diretamente o pensamento do novo mundo, inclusive, dando a este um *status* de cultura menor, sobretudo no que diz respeito à literatura.

Como se observa, os acontecimentos relacionados à história da leitura e da escrita, ao longo dos séculos, estão ligados a uma estrutura social elitista. O conhecimento e a prática dessas ações estiveram sempre ligados às ações sociais de uma estreita nata social. Ler e escrever, durante anos e anos, foram práticas restritas a escritores-poetas, a dramaturgos, a clérigos, quando muito a juristas e legisladores sociais. Na era moderna, depois das grandes revoluções,

mudanças nesse cenário aconteceram, principalmente aquelas decorrentes do advento da imprensa. A prática de leitura e escrita ampliou-se, contudo ainda permaneceu restrita às elites, uma vez que o ingresso nas escolas e nas universidades – meios de valorização e difusão da escrita – ainda permanecia acessível somente àqueles que tinham condições financeiras para mantê-las, ou, quando muito, a alguns insubordinados ao sistema estrutural hierarquizante. Com a expansão marítima e com as revoluções comercial e industrial, o mundo mudou e a consciência acerca da importância da leitura e dos registros escritos foi-se constituindo lentamente. No Brasil, com a universalização das escolas e a obrigatoriedade do ensino, essa consciência parece universal; contudo, na verdade, continua restrita a pequenos grupos de educadores, pedagogos, teóricos da literatura e linguistas, que se preocupam com o papel político e social da prática da leitura e da escrita.

No século XX, Barthes, reconhecendo as diferenças nos modos de produzir cultura escrita, incluindo a literatura, discorre sobre a prática da escritura em um ensaio intitulado *Escritores e escreventes*, numa tentativa de revelar, já nessa época, as características do ato de escrever tanto como prática de representação da condição humana e de reflexão acerca dela, quanto prática social com objetivos específicos e imediatistas, ou seja, a prática de escritores e de escreventes respectivamente. Barthes, num primeiro momento, discorre acerca do poder da palavra: lugar do conflito, liberdade e opressão. É por meio da palavra que nos libertamos e nos oprimimos, a palavra é constituição, revelação e libertação daquilo que nos faz social.

Reconhece-se desde sempre o poder da palavra, o seu uso esteve restrito aos escritores – romancistas, poetas, dramaturgos, contistas etc. Entre os séculos XVI e XIX, observa-se uma consciência desse fato por parte dos próprios escritores. No século XX, por questões políticas, observa-se a apropriação do discurso deles por parte de outras pessoas além das envolvidas com a literatura. A literatura, segundo Barthes, deixa de ser apenas meio estético para se constituir também meio linguístico. Vertentes que estão, *a priori*, em qualquer gênero pertencente à literatura. Contudo, no século XX, essa característica linguística avança sobre a estética, parecendo diminuir o poder desta.

Assim, Barthes categoriza aqueles que trabalham com o registro da palavra em escreventes e escritores. Categoriza e os distingue. Os escritores exploram o poder da palavra para exposição das essências humanas. O escritor é um lapidador porque trabalha a palavra

explorando as normas técnica e artesanal. A norma técnica se refere à composição, ao gênero, à escritura. A norma artesanal se refere à paciência do escritor, ao seu labor, à busca da correção, à perfeição desejada. A ação do escritor é imanente ao objeto da escrita – a palavra.

E o milagre, se se pode dizer, é que essa atividade narcisista não cessa de provocar, ao longo de uma literatura secular, uma interrogação ao mundo: fechando-se no como escrever, o escritor acaba por reencontrar a pergunta aberta por excelência: por que o mundo? Qual é o sentido das coisas? (...) a literatura o representa como uma pergunta, nunca, definitivamente, como uma resposta” (BARTHES, 2007: 33).

A palavra, para o exercício dos escritores, perde o seu caráter de revelar a verdade, de ser expressão realista dos fatos. A palavra literária, trabalhada técnica e artesanalmente, revela-se ambígua porque o ato da escritura para o escritor é intransitivo, constitui a subjetividade humana com a qual lida o escritor, é pela palavra que se explora, reiteradamente, o inexplicável do humano, numa tentativa de concretização dos sentimentos, da subjetividade. Ao contrário do que a palavra parece ser para os escreventes. Os escreventes apenas realizam uma atividade. Essa atividade tem um fim: testemunhar, ensinar, explicar. Dessa forma a palavra revela-se muito mais um meio, ela põe termo à ambiguidade expressa pela palavra do escritor. Não se pode ler na palavra do escrevente nada além daquilo que está dito nela mesma. O texto do escrevente é um texto fechado em si mesmo. Segundo Barthes, ainda no século XX, esses papéis se misturam. Escritor e escrevente são um e outro simultaneamente, numa relação de contiguidade bastarda.

Há muito se discute acerca do papel da literatura para a construção da humanidade, ela pode ser uma forma de construção de cidadania, nela busca-se uma referencialização expressa pela linguagem. Contudo, nesse momento pós-moderno, em que o homem vive sob o signo do capitalismo, da tecnologização científica e da globalização, pensar o humano revela-se paradoxal. Isso acontece porque não se reconhece no homem uma atitude altruísta. O sentimento humano revela-se cada vez mais interessado na produção tecnológica que o circunda. Assim, a literatura parece perder o seu sentido. Contudo nesse paradoxo, a literatura, mais do que nunca, revela-se acessível a todos em um novo formato que a tecnologia nos concedeu: o cyberspaço.

E mais ainda podemos dizer, nesse espaço, ela não é apenas acessível, tornou-se, sobretudo, produzível por qualquer ser humano que deseja escrever. O ciberespaço apresenta condições a qualquer indivíduo de se tornar escritor. O cyberspaço é hoje o lugar pelo qual o



homem se projeta. É o espaço da democratização da escrita e da leitura. É o espaço onde se simula a democratização cultural. Isso fica comprovado quando viajamos pela rede e podemos ler desde obras clássicas de domínio público até textos postados por pessoas sem reconhecimento.

Agora, questiona-se: como se realiza essa projeção? Os indivíduos que registram suas ideias na rede são escritores ou escreventes? Como distingui-los? Serão todos iguais? Qual será o seu modo de utilização da palavra? Como caracterizar esses protagonistas que se realizam no cyberspaço? Engajados ou não? Eles têm um papel social? Esperam ter? Ou estão ali revelando um desejo humano que sempre existiu: o de ser porta-voz da essência humana. Contudo, devido a inúmeras questões sociais não conseguiram se fazer escritores? Falantes de si, da sociedade, questionadores, agora podem. Será que são?

Roland Barthes (2007) afirma que a literatura é uma forma de escape dos conflitos humanos, que se (des)constrói pela linguagem, linguagem que é ao mesmo tempo opressão e libertação. Já que o homem hoje tem no cyberspaço não somente o lugar de projeção como também o lugar de exposição, divulgação de conhecimento e, acima de tudo, o lugar para a autoafirmação de sua condição de produtor de tecnologia e ciência, o lugar da democratização de diferentes vozes? Nos séculos passados, decretaram a morte do autor. Com o advento da internet, decretaram também a morte do livro tradicional, para celebrar uma nova forma de divulgação de conhecimento – o livro eletrônico. O contato com esse objeto – o livro eletrônico – ocorre de maneira tão antagônica, que se pode questionar a sua supremacia sobre o livro tradicional.

Assim, questiona-se: quem é o verdadeiro leitor hoje? Aquele que lê textos redigidos por escreventes ou por escritores. Segundo Barthes (2007), a escrita do escrevente tem um fim que é o de testemunhar, explicar, ensinar, sendo a palavra apenas um meio. A palavra do escrevente põe termo a ambiguidade expressa pela palavra do escritor: não se lê na palavra do escrevente nada além daquilo que está escrito. É o texto por ele mesmo, fechado em si. Na prática do escritor, pode-se ler além da intencionalidade, além da referencialidade textual, a semiose é construída a partir das relações dialógicas existentes entre leitor, texto e obra. A leitura é uma prática social indispensável para a vida do homem moderno. Realiza-se a leitura em um processo contínuo. E, na perspectiva de Etienne Souza (2009), na pós-modernidade, o verdadeiro leitor é aquele capaz de transitar entre leituras de rápidas, mas necessárias à vida cotidiana e leituras

mais profundas que exijam uma atitude reflexiva muito maior para a construção do sentido do texto. Em outras palavras, o verdadeiro leitor a quem a teórica chama de hiperleitor é aquele que consegue transitar entre os dois pólos de leitura: a leitura que se faz necessária, mas é circunstancial e a leitura que gera prazer e nos engrandece enquanto seres humanos.

Dessa forma, acredito que devemos pensar acerca do papel que a leitura da literatura exerce em nossas vidas, já que hoje a literatura como representação do todo já não mais se sustenta, segundo Iser (2002) a literatura é construção subjetiva de realidades intersubjetivas. Assim, (re)pensar o papel da leitura, sobretudo da literatura, é pensar a forma como os seres humanos estão se relacionando e se construindo reciprocamente. E, nessa (re)construção é que cada vez mais nos humanizamos, por isso tão importante revela-se a escola como fomentadora e mediadora da leitura.

#### Bibliografia.

ABREU, Márcia. (org) *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_.(org) *Cultura Letrada: Literatura e leitura*. São Paulo: Unesp, 2006.

BAKHTIN, Michael Mikhailovitch. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

\_\_\_\_\_. *Para a filosofia do ato*. S/edição e s/data.

BARTHES, Roland. *Crítica everdade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORDINI, Maria da Glória. AGUIAR, Vera Teixeira de. *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BUBNOVA, Tatiana e outros. “Voloshinov: a palavra na vida e a palavra na poesia”. Em: BRAIT, Beth. (org) *Bakhtin e o círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul:

2008.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COSSON, Rildo. *Letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA, Eliana A. G. Ribeiro. "A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida". Em: SOUZA, Renata J. *Biblioteca escolar e práticas educativas*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

FISCHER, Roger Steven. *História da Leitura*. São Paulo: Unesp, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez e Associados, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol 2. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. "A estética da recepção: colocações gerais". Em: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. "O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis". Em: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JOSETTI, Celina Cassal. O arcaico e o moderno na escola brasileira: um enfoque da sociolinguística educacional. Tese de doutorado – Faculdade de Educação Universidade de Brasília. Agosto – 2009.

\_\_\_\_. “Mediação e letramento literário no ensino médio: uma experiência de desescolarização da leitura”. Em: *Anais do Seminário Nacional Literatura e Cultura* Vol. 1. UFS – São Cristóvão. Agosto de 2009.

LIMA, Luis Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. São Paulo: Paz e terra. 2002.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

\_\_\_\_. *O livro e os dias*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

PENNAC, Daniel. *Como um Romance*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998. PERISSÉ, Gabriel. *Ler, aprender e escrever*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. *O Ato de Ler, Fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Clara Etiene. *Entre as linhas do texto e o brilho da tela, uma rede e o leitor*. (tese de doutorado) Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária – Agosto de 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.